



1 Às nove horas do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da
3 Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros,
4 **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**
5 **e SÉRGIO LEÃO**; e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria
6 0586/2016; ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora do
7 Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA REGINA CUNHA**;
8 reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em
9 Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Houve
10 discussão e aprovação da ata da sessão nº 023/2016. **LEITURA DE EXPEDIENTE DA**
11 **PRESIDÊNCIA:** O Secretário Geral do TCM/Pa. proferiu a seguinte leitura em Plenário:
12 "*PROCESSO Nº 201607391-00. A Diretora Administrativa da Prefeitura Municipal de Capanema, Sra. Kátia*
13 *Moura Ribeiro, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 592/2016, de 06.05.16, que*
14 *mantém o Parecer Prévio em tornar as contas iliquidáveis e o necessário trancamento processual, na forma*
15 *regimental, exercício financeiro de 2004, nos termos da Resolução nº 11.817/2015/TCM, de*
16 *responsabilidade do Sr. Jorge Neto da Costa; PROCESSO Nº 201604104-00. O Presidente da Câmara*
17 *Municipal de São Félix do Xingu, Sr. Moisés Conceição Milhomem, encaminhou a esta Corte cópia do*
18 *Decreto Legislativo nº 003/2016-CMSFX, de 17.02.16, que mantém o Parecer Prévio Contrário as Contas do*
19 *Executivo do município, exercício financeiro de 2000, nos termos da Resolução nº 10.868/2013/TCM, de*
20 *responsabilidade do Sr. Antônio Paulino da Silva; PROCESSO Nº 201604098-00. O Presidente da Câmara*
21 *Municipal de São Félix do Xingu, Sr. Moisés Conceição Milhomem, encaminhou a esta Corte cópia do*
22 *Decreto Legislativo nº 004/2016-CMSFX, de 17.02.16, que mantém o Parecer Prévio Contrário as Contas do*
23 *Executivo do município, exercício financeiro de 2004, nos termos da Resolução nº 10.900/2013/TCM, de*
24 *responsabilidade do Sr. Antônio Paulino da Silva; PROCESSO Nº 201603628-00. O Presidente da Câmara*
25 *Municipal de Gurupá, Sr. Rosélio Pureza da Silva, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº*
26 *003/2016, de 11.03.16, que rejeita o Parecer Prévio do TCM e aprova por 2/3 de votos, as Contas do*
27 *Executivo do município, exercício financeiro de 2005, nos termos da Resolução nº 10.863/2013/TCM, de*
28 *responsabilidade do Sr. Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos; PROCESSO Nº 201604399-00. O*
29 *Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra, Sr. Rui Rolim Herculano da Silva, encaminhou a esta Corte*
30 *cópia do Decreto Legislativo nº 01/2016, de 05.04.16, que mantém o Parecer Prévio negando aprovação as*
31 *Contas do Executivo do município, exercício financeiro de 2007, nos termos da Resolução nº*
32 *11.493/2014/TCM, de responsabilidade do Sr. José Maria Gomes de Araújo; PROCESSO Nº 201606071-00.*
33 *O Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, Senhor Dr. Antônio*
34 *Lopes Maurício, encaminhou a esta Corte cópia do Ofício nº 177/2016 - MP/1ªPJ/MA, de 19.05.16,*
35 *acusando o recebimento e as providências que aquela Promotoria tomou relativas ao Acórdão nº 25.966 –*
36 *TCM/PA que trata da Prestação de Contas da Companhia de Transporte de Belém – CTBEL/PMB, no*
37 *exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da senhora Jane Maria da Cunha Lima; PROCESSO Nº*
38 *201607391-00. O Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, Sr. José Paulo de Lira Júnior,*
39 *encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 005/2016, de 08.06.16, que mantém o Parecer*
40 *Prévio negando aprovação as Contas do Executivo do município, exercício financeiro de 1999, nos termos*



41 da Resolução nº 7.393/2004/TCM, de responsabilidade do Sr. Vildemar Rosa Fernandes; PROCESSO Nº
42 201607393-00. O Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, Sr. José Paulo de Lira Júnior,
43 encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 006/2016, de 08.06.16, rejeitando o Parecer
44 Prévio, por 2/3, das Contas do Executivo daquele município, exercício financeiro de 2004, nos termos da
45 Resolução nº 11.978/2015/TCM, de responsabilidade do Sr. Guilherme Antônio da Costa; PROCESSO Nº
46 201604635-00. A Presidente da Câmara Municipal de Conceição do Araguaia, Sra. Ivanilde Alves Reis
47 Sousa, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 002/2016, de 04.04.16, que mantém o
48 Parecer Prévio favorável as Contas do Executivo do município, exercício financeiro de 2005, nos termos da
49 Resolução nº 11.976/2015/TCM, de responsabilidade do Sr. Álvaro Brito Xavier; PROCESSO Nº 201606759-
50 00. A Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Sra. Irene dos Santos Farias, encaminhou a esta Corte
51 cópia do Decreto Legislativo nº 392/2016, de 09.05.16, que mantém o Parecer Prévio do TCM aprovando
52 as Contas do Executivo do município, exercício financeiro de 2013, nos termos da Resolução nº
53 12.131/2015/TCM, de responsabilidade do Sr. João Nelson Pereira Magalhães". Em sequência,
54 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos:
55 **Processo nº 640012010-00; Prefeitura Municipal de Rondon do Pará; Prestação de**
56 **Contas - 2010 - Contas de Governo;** Responsável: Olavio Silva Rocha (01.01 a 16.09) e
57 Shirley Cristina de Barros Malcher (17.09 a 31.12.09); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério
58 Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;
59 **Publicado no DOE nº 0 33.140, de 03.06.2016.** O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a
60 palavra e assim manifestou-se: "antes de entrar no mérito do parecer, recebi hoje, neste momento, uma
61 petição de um Advogado chamado André Rami Pereira Bassalo, OAB nº 7.930, juntando Procuração do Sr.
62 Olavio Silva Rocha, onde requer a retirada do processo de prestação de contas de pauta. Vou indeferir o
63 pedido por falta de amparo legal ainda que não haja motivo nenhum quer da ordem processual que
64 justifique esta retirada. Como o Advogado está presente, fica ciente do indeferimento do pleito". Em
65 seguida, feita a leitura do Relatório. Após, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
66 autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas, com
67 ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
68 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
69 pela emissão parecer prévio pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas
70 (Resolução nº 12.525). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da
71 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 640012010-00; Prefeitura**
72 **Municipal de Rondon do Pará; Prestação de Contas - 2010 - Contas de Gestão;**
73 **Responsável: Olavio Silva Rocha (01.01 a 16.09) e Shirley Cristina de Barros Malcher (17.09 a**
74 **31.12.09); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da**
75 **Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 0 33.140, de 03.06.2016.**
76 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
77 manifestou-se pela irregularidade das contas de responsabilidade do Sr. Olavio Silva Rocha, com
78 aplicação de multa, e encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público Estadual; e pela
79 regularidade das contas de responsabilidade da Sra. Shirley Cristina de Barros Malcher. A matéria



foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas de responsabilidade do Sr. Olavio Silva Rocha, com aplicação de multa, e encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público Estadual; e pela regularidade das contas de responsabilidade da Sra. Shirley Cristina de Barros Malcher (Acórdão nº 29.057). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 400012010-00; Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas – 2010 - Contas de Governo**; Responsável: Norival Rodrigues Pimentel; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 400012010-00; Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru; Prestação de Contas – 2010 - Contas de Gestão**; Responsável: Norival Rodrigues Pimentel; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 280022012-00; Câmara Municipal de Curralinho; Prestação de Contas – 2012**; Responsável: Jair do Socorro Pinheiro Reis; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016**. Retirado de Pauta. **Processo nº 350022010-00; Câmara Municipal de Irituia; Prestação de Contas – 2010**; Responsável: Waldemir Oliveira da Costa; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 29.058). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1294192013-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Vitória do Xingu; Prestação de Contas - 2013**; Responsáveis: João do Rosário Reis (01.01 a 05.08.2013) Darli Silva Costa (06.08 a 31.12.2013); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.059). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 642342010-00; Fundo Municipal de Educação de Rondon do Pará; Prestação de Contas – 2010**; Responsáveis: Iracy de Souza Pereira (01.01 a 16.09) e Lucilange Leite Costa



118 de Almeida (17.09 a 31.12.09); Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral
119 Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.132,**
120 **de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
121 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de
122 multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
123 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
124 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e
125 aplicação de multas (Acórdão nº 29.060). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência,
126 por ocasião da votação, do Conselho Antônio José Guimarães. **Processo nº 134042011-00;**
127 **Fundo Municipal de Educação de Barcarena; Prestação de Contas – 2011;** Responsável:
128 Luciene K. Dias Barbosa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria
129 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.132, de**
130 **20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
131 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, e com o encaminhamento da cópia dos
132 autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
133 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
134 decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e
135 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.061).
136 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 183142010-00; Instituto de**
137 **Previdência Municipal de Breves; Prestação de Contas – 2010;** Responsável: José Ivo
138 Cardoso; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da
139 Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.**
140 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
141 manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao
142 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
143 seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela
144 irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia
145 dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 29.062). Presidência do Conselheiro Sérgio
146 Leão. **Processo nº 201116598-00; Secretaria Municipal de Promoção e Assistência**
147 **Social de Soure; Prestação de Contas - 2011;** Responsável: Derci Pereira da Silva;
148 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
149 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo
150 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
151 se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
152 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu
153 pela regularidade das contas (Acórdão nº 29.063). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão.
154 **Processo nº 524912011-00; Fundo Municipal de Saúde de Oeiras do Pará; Prestação**
155 **de Contas – 2011;** Responsável: Jodielson Silva de Oliveira (01.01 a 30.04.2011) José Maria



156 Viana de Andrade (01.05 a 31.12.2011); Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth da Silva;
157 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo
158 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
159 se pela regularidade das contas, com ressalva, de responsabilidade do Sr. Jodielson Silva de
160 Oliveira, e pela irregularidade das contas de responsabilidade do Sr. José Maria Viana de Andrade.
161 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
162 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas de
163 responsabilidade do Sr. Jodielson Silva de Oliveira, com ressalva, e aplicação de multa; e pela
164 irregularidade das contas de responsabilidade do Sr. José Maria Viana de Andrade, com
165 recolhimento, aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
166 Estadual (Acórdão nº 29.064). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº**
167 **201209565-00; Escolinha de Futebol Sociedade Esportiva Studantil de Marabá;**
168 **Prestação de Contas – 2012;** Responsável: João Alves Campelo; Instrução: 5ª Controladoria;
169 Ministério Público: Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no**
170 **DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
171 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria
172 foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou
173 a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº
174 29.065). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201209959-00; Fundação**
175 **Cultural de Belém - FUMBEL - Convênio nº 004/2012 / Centro Comunitário; Prestação**
176 **de Contas – 2012;** Responsável: Carlos Alberto da Silva Pinto; Instrução: 2ª Controladoria;
177 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares;
178 **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
179 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A
180 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
181 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas
182 (Acórdão nº 29.066). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201307547-00;**
183 **Fundação Cultural de Belém - FUMBEL - Convênio nº 015/2012 / Centro Comunitário;**
184 **Prestação de Contas – 2012;** Responsável: Raimundo Silvio Jaques; Instrução: 2ª Controladoria;
185 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar
186 Colares; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
187 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
188 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
189 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
190 contas (Acórdão nº 29.067). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201603666-**
191 **00; Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB / Minas Gerais; Denúncia – 2016 –**
192 **Revogação de Cautelar;** Denunciante: SELT Engenharia Ltda; Denunciado: Secretaria
193 Municipal de Urbanismo - SEURB; Instrução: Gabinete do Conselheiro Cezar Colares; Relator:



194 Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016. Cumprindo
195 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator submeteu ao Plenário revogação de Medida Cautelar
196 para deliberação do Tribunal Pleno, nos termos do inciso I, do Art. 146 do RI/TCM/PA. A matéria
197 foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,**
198 decidiu homologar a revogação da Medida Cautelar apresentada (Resolução nº 12.526).
199 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201513973-00; Fundo Municipal de**
200 **Educação de Concórdia do Pará; Recurso Ordinário** contra a decisão do Acórdão nº 27.120;
201 Responsável: Carmem Lúcia Guimarães Santiago; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:
202 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no**
203 **DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
204 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial
205 do Recurso, com a exclusão da responsabilidade da Ordenadora as irregularidades sanadas, e a
206 modificação da decisão pela regularidade, com ressalva, das contas da recorrente, em razão da
207 permanência das falhas relativas a remessa intempestiva da prestação de contas e ao
208 descumprimento do art. 50, II, da LRF. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
209 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade,**
210 decidiu pelo conhecimento e provimento total do Recurso, com a modificação da decisão pela
211 regularidade das contas, com ressalva, exclusão da multa pela apresentação dos processos
212 licitatórios requeridos, redução da multa pela remessa intempestiva das prestações de contas
213 quadrimestrais e pelos encargos patronais não apropriados dentro do exercício (Acórdão nº
214 29.068). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201602037-00**
215 **(140102009-00); Secretaria Municipal de Economia de Belém - SECON; Pedido de**
216 **Revisão** contra a decisão do Acórdão nº 24.519, de 17.12.13; Responsável: João Amaral Lima da
217 Costa; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
218 Conselheiro Antônio José Guimarães, com pedido de VISTA à Conselheira Mara Lúcia na Sessão
219 do dia 24.05.2016; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo
220 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e assim manifestou-se:
221 *"pelo conhecimento e provimento do pedido afastando a irregularidade pelo lançamento à conta "Agente*
222 *Ordenador", e do recolhimento do valor correspondente de R\$-4.958.390,44 (quatro, milhões, novecentos*
223 *e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos), mantendo-se, porém, a*
224 *irregularidade pelos pagamentos referentes a contratos não cadastrados e a multa decorrente, em razão do*
225 *que opina pela permanência da reprovação das contas".* A matéria foi colocada **em discussão**. O
226 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"conheço do Recurso para, no mérito, provê-lo, alterando os*
227 *termos do Acórdão nº 24.519, de 17.12.2013, no sentido de excluir da responsabilidade do Ordenador*
228 *JOÃO AMARAL LIMA DA COSTA o valor de R\$-4.980.366,17 (quatro milhões, novecentos e oitenta mil,*
229 *trezentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos) e considerar regulares, com ressalva, as contas da*
230 *Secretaria Municipal de Economia de Belém, exercício de 2009, mantendo a multa de R\$-10.000,00 (dez*
231 *mil reais) pelas falhas formais em contratos".* **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA



232 dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o retorno do processo para manifestação.
233 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro
234 Daniel Lavareda. **Processo nº 201513626-00; Embaixada do Samba do Império**
235 **Pedreirense de Belém; Recurso de Reconsideração** contra a decisão do Acórdão nº 27.017,
236 de 18.06.15; Responsável: Raimundo Nonato Almeida de Sá; Instrução: 4ª Controladoria;
237 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antônio José
238 Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental,
239 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
240 provimento total do Recurso, com a modificação da decisão pela regularidade das contas. A
241 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
242 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento
243 total do Recurso, com a modificação da decisão pela regularidade das contas (Acórdão nº
244 29.069). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201311472-00; Instituto de**
245 **Previdência do Município de Santana do Araguaia; Aposentadoria – 2013** - Portaria nº
246 035/2013; Interessado: Giovanni Spindula Thomaz; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
247 Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 33.132, de**
248 **20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
249 dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
250 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
251 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.070). Presidência do Conselheiro
252 Cezar Colares. **Processo nº 201307731-00; IPAMB de Belém; Aposentadoria - 2013** -
253 Portaria nº 0570/2013, de 09.05.13; Interessado: Mário Custódio da Mota; Ministério Público:
254 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**
255 **33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
256 posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi
257 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
258 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.071).
259 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201318828-00; IMPAS de Afuá;**
260 **Aposentadoria - 2013** - Portaria nº 017/2013; Interessada: Luiza Conceição de Souza Nobre;
261 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
262 **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
263 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato.
264 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
265 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato
266 (Acórdão nº 29.072). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201413751-00;**
267 **Fundo de Previdência do Município de São Sebastião da Boa Vista; Aposentadoria -**
268 **Portaria nº 047/2015; Interessada: Lucimar Farias Corrêa; Ministério Público: Procuradora Maria**
269 **Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 33.132, de**



270 **20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
271 dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O
272 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
273 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.073). Presidência do Conselheiro
274 Cezar Colares. **Processo nº 201413759-00; Fundo de Previdência Social do Município de**
275 **São Sebastião da Boa Vista; Aposentadoria** - Portaria nº 037/2015; Interessada: Nete
276 Ferreira de Santana; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator:
277 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo
278 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
279 se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
280 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro
281 do Ato (Acórdão nº 29.074). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
282 **201420579-00; Fundo de Previdência de Oeiras do Pará; Aposentadoria** - Portaria nº
283 028/2015; Interessada: Naide Maria da Assunção Balieiro Viana; Ministério Público: Procuradora
284 Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº**
285 **33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
286 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
287 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
288 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 29.075). Presidência do
289 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201307941-00; Prefeitura Municipal de Cumaru**
290 **do Norte; Subsídio** – Lei Nº 285/2012; Interessada: Cleusa Gonçalves Vieira Temponi;
291 Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos
292 Araújo; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
293 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
294 Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
295 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do
296 Ato (Resolução nº 12.527). Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia.
297 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201603363-00; Câmara Municipal**
298 **de Canaã dos Carajás; Subsídio – 2016** – Lei Municipal Nº 721/2016, de 18.02.2016;
299 Interessado: Jean Carlos Ribeiro da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
300 Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo
301 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
302 se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora
303 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
304 pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.528). Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
305 Com abstenção do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201604660-00; Prefeitura**
306 **Municipal de São Félix do Xingu; Subsídio – 2016** – Lei Complementar nº 096/2015, de
307 17.03.16; Interessado: João Cleber de Souza Torres; Ministério Público: Procuradora Maria Inez



308 Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.
309 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
310 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
311 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
312 decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 12.529). Presidência do Conselheiro Cezar
313 Colares. **Processo nº 201408044-00; Prefeitura Municipal de Nova Timboteua;**
314 **Contrato – 2014** - Contratos Temporários firmados com Abais Amaral dos Santos e outros;
315 Interessado: Luiz Carlos Castro; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
316 Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo
317 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
318 pela negativa de registro de Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
319 proferiu seu **VOTO**: *"pela negativa de registro dos Contratos Temporários já referenciados. Verifico,*
320 *ainda, que os atos estão com o prazo de vigência expirado, daí porque determino sejam os autos juntados*
321 *à respectiva Prestação de Contas de Município de Nova Timboteua, exercício de 2014. Determino ainda, a*
322 *consignação, na citação ao ordenador de despesas, que promova o envio da documentação requerida no*
323 *art. 3º, III, alíneas "b" e "c" da Instrução Normativa nº 05/2003, e da lei municipal, exigida pelo art. 37, IX*
324 *da CF/88, como forma de garantir a efetividade dos princípios constitucionalmente assegurados do*
325 *contraditório e da ampla defesa, na forma do art. 5º, LV da CF".* **Em votação:** a Conselheira Mara
326 Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Contratos. Os Conselheiros, José Carlos
327 Araújo, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão e Cezar Colares, e o Conselheiro Substituto Sérgio
328 Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
329 **por maioria**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos (Acórdão nº 29. 076). Presidência
330 Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo registro do Ato. **Processo nº**
331 **201510690-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato – 2015** - Contratos
332 Temporários; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos
333 Araújo; **Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
334 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de
335 registro de Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**:
336 *"no mesmo sentido do Órgão Técnico e Ministério Público, negando registro aos 21 (vinte e um) Contratos*
337 *Temporários, todos com vigência encerrada no exercício de 2015, pactuados entre a Prefeitura Municipal de*
338 *Parauapebas e Antonio Carlos Campos do Nascimento e outros. Acrescente-se, ainda, como sugestão, que*
339 *este Plenário determine prazo à Municipalidade de Parauapebas para que proceda a realização de concurso*
340 *público, com objetivo de regularizar as necessidades laborais municipais".* **Em votação:** a Conselheira
341 Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Contratos. Os Conselheiros, Daniel
342 Lavareda, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão e Cezar Colares, e o Conselheiro Substituto
343 Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
344 Plenário, **por maioria**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos (Acórdão nº 29. 077).
345 Presidência Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo registro do Ato.
346 **Processo nº 201510702-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato – 2015** -



347 Contratos Temporários de Pessoal; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:
348 Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016. Cumprindo
349 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
350 se pela negativa de registro de Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
351 proferiu seu **VOTO**: "*no mesmo sentido do Órgão Técnico e Ministério Público, negando registro aos 20*
352 *(vinte) Contratos Temporários, todos com vigência encerrada no exercício de 2015, pactuados entre a*
353 *Prefeitura Municipal de Parauapebas, e Alda Pereira Farias e outros. Acrescente-se, ainda, como sugestão,*
354 *que este Plenário determine prazo à Municipalidade de Parauapebas para que proceda a realização de*
355 *concurso público, com objetivo de regularizar as necessidades laborais municipais*". **Em votação:** a
356 Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e votou pelo registro dos Contratos. Os Conselheiros,
357 José Carlos Araújo, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão e Cezar Colares, e o Conselheiro
358 Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a
359 **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos (Acórdão nº
360 29. 078). Presidência Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo registro do
361 Ato. **Processo nº 201510725-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato –**
362 **2015 - Contratos Temporários de Pessoal; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**
363 **Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.132, de 20.05.2016.**
364 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
365 manifestou-se pela negativa de registro de Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
366 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*no mesmo sentido do Órgão Técnico e Ministério Público,*
367 *negando registro aos 33 (trinta e três) Contratos Temporários todos com sua vigência encerrada no*
368 *exercício de 2015, pactuados entre a Prefeitura Municipal de Parauapebas e Aline de Araújo Souza e*
369 *outros. Acrescente-se, ainda, como sugestão, que este Plenário determine prazo à Municipalidade de*
370 *Parauapebas para que proceda a realização de concurso público, com objetivo de regularizar as*
371 *necessidades laborais municipais*". **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia divergiu do Relator e
372 votou pelo registro dos Contratos. Os Conselheiros, José Carlos Araújo, Antonio José Guimarães,
373 Sérgio Leão e Cezar Colares, e o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, acompanharam o Relator,
374 na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, decidiu pela negativa
375 de registro dos Contratos (Acórdão nº 29. 079). Presidência Cezar Colares. Vencida a Conselheira
376 Mara Lúcia que votou pelo registro do Ato. **Processo nº 201513825-00; Secretaria**
377 **Municipal de Administração de Parauapebas; Contrato – 2015 - Contrato Temporário de**
378 **Pessoal; Interessada: Leudicy Maria de Souza Leão; Ministério Público: Procuradora Maria Regina**
379 **Cunha; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 33.132, de**
380 **20.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
381 dos autos e manifestou-se pela negativa de registro de Ato. A matéria foi colocada **em**
382 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela negativa do REGISTRO dos 9 (nove)*
383 *contratos temporários, todos com a vigência encerrada em 2105, celebrados através da Secretaria*
384 *Municipal de Administração da Prefeitura de Parauapebas, vez que, a contratação dos servidores*
385 *temporários não obedeceu o que dispõe os arts. 58 a 63 da Lei 4320/64, deixando de informar no contrato*



386 a dotação orçamentária indicando os recursos financeiros para cobrir as despesas com a contratação, bem
387 como, não caracteriza justificadamente a natureza excepcional e temporária da contratação exigências do
388 art. 37 inciso IX da Constituição Federal de 1988". **Em votação:** a Conselheira Mara Lúcia divergiu do
389 Relator e votou pelo registro dos Contratos. Os Conselheiros, José Carlos Araújo, Antonio José
390 Guimarães, Sérgio Leão e Cezar Colares, e o Conselheiro Substituto Sérgio Dantas,
391 acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por**
392 **maioria**, decidiu pela negativa de registro dos Contratos (Acórdão nº 29. 080). Presidência Cezar
393 Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia que votou pelo registro do Ato. **Processo nº**
394 **201507261-00; Representação (Juízo de Admissibilidade);** Representante: Ministério
395 Público do Estado do Pará, representado pelo Procurador de Justiça, Dr. Nelson Medrado;
396 Representado: Sei Ohazi - Prefeito Municipal de Santarém Novo; Relator: Conselheiro Sérgio
397 Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Sérgio Leão apresentou ao Plenário sua
398 decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM/Pa. A matéria foi
399 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
400 conheceu da decisão do Relator pela admissibilidade da Representação. Presidência do
401 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201605254-00; SESAN de Belém; Denúncia com**
402 **Pedido Cautelar (Juízo de Admissibilidade);** Denunciante: B.A. Meio Ambiente Ltda.;
403 Denunciados: Kleber Ramos (Secretário Municipal – SESAN), e Monique Soares Leite (Presidente
404 da Comissão de Licitação); Procurador/Advogado: Carlos Valério dos Santos Neto (OAB-Pa nº
405 9.554); Relator: Conselheiro Sérgio Leão. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator
406 apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do
407 RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro **Sérgio Leão** pediu a palavra e
408 assim manifestou-se: "*Presidente, eu tenho mais uma admissibilidade, só para que se coloque todos*
409 *a par, em relação a B.A., o processo da Prefeitura de Belém, do lixo. Essa admissibilidade é em relação*
410 *aquela denúncia com pedido de Cautelar que foi protocolado pela B.A. na minha ausência de férias,*
411 *que eu estava fora do Tribunal, e foi encaminhada para V. Exa., na Presidência, para fazer o despacho.*
412 *Na realidade, nós não estamos fazendo qualquer comentário sobre isso, é simplesmente*
413 *admissibilidade da denúncia, até porque ontem, V. Exa's. devem ter recebido em seus Gabinetes mais*
414 *uma denúncia da B.A. em relação ao novo Processo Licitatório, que já entrou agora. Esse aqui que ela*
415 *denunciou, que foi objeto de uma discussão em Plenário durante a minha ausência, na realidade ele*
416 *praticamente se refere a um processo licitatório que já foi alterado com a nova publicação, e pela qual*
417 *a B.A., ontem, já entrou novamente com mais uma Denúncia. Não sei se nesse até tem pedido de*
418 *Cautelar, mas com Denúncia com certeza já entrou, porque nós fomos já presenteados com seus*
419 *pacotes de processos aqui no Tribunal. Então, na realidade, é a admissibilidade dessa Denúncia que*
420 *nós precisamos fazê-la, porque houve o recebimento e o encaminhamento pela Presidência. B. A.*
421 *Meio Ambiente Ltda., devidamente qualificada nos autos em epígrafe interpôs através de seus*
422 *procuradores judiciais com poderes as fls. 22 (vinte e dois), Denúncia com pedido de Cautelar, com*
423 *amparo na Lei nº 10.520/2002 c/c com Lei nº 8.666/93, e com a Lei nº 84/2002, e nos termos dos*
424 *Arts. 172 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, com base a impugnação ao edital de*



425 *Concorrência Pública nº 008/2015 (oito de dois mil e quinze) da SESAN, contra o Secretário Municipal*
426 *de Saneamento de Belém, Sr. Kleber Ramos, Secretário Municipal da SESAN, 1º Denunciado, e da Sra.*
427 *Monique Soares Leite, Presidente da Comissão de Licitação, 2ª Denunciada, responsáveis pelo*
428 *Processo Licitatório destinado à contratação da empresa destinada a coleta de lixo urbano, nesta*
429 *Capital. A empresa denunciante aduz em síntese, o seguinte: Que o Edital 008/2015-SESAN, foi*
430 *republicado em 04/04/2016, passível de impugnação até a data de 29/04/2016, providência que foi,*
431 *tempestivamente, atendida pela denunciante perante a 2ª Denunciada (no caso a Presidente da CPL);*
432 *O Edital 008/2015- SESAN, republicado estaria com irregularidades e nulidades; Questiona a*
433 *legitimidade dos denunciados para figurar no polo passivo da Denúncia em questão; Que a*
434 *impugnação administrativa ao Edital perante a Denunciada foi indeferida, "com respostas lacônicas e*
435 *desprovidas de fundamentação fática e jurídica"; Apresenta às fls. 05/40, as razões que entende*
436 *como suficientes para tornar nulo o Procedimento Licitatório em curso; Ao final, requer: A imediata*
437 *suspensão do Processo Licitatório em referência, por meio de medida cautelar, com fixação de multa*
438 *em caso de descumprimento; Mudança do Edital quanto aos Itens combatidos, cancelamento do*
439 *Edital e sua consequente republicação; Citação, nos termos do art. 145, III, do Regimento Interno*
440 *das denunciantes para manifestação; Acatamento da denúncia para fins de declarar ilegais as*
441 *exigências contidas no Edital, cancelamento ou nova publicação do mesmo; I - Da Admissibilidade da*
442 *Denúncia: A Secretaria de Saneamento de Belém/SESAN, no exercício financeiro de 2016, encontra-se*
443 *sob a jurisdição da 1ª Controladoria deste Tribunal e o Regimento Interno do Tribunal, no art. 292,*
444 *dispõe que a admissibilidade de Denúncia é de competência deste Relator, que, entretanto, no dia da*
445 *interposição da Denúncia (dia 29/04/2016), estava em gozo de férias, pelo que, os autos foram*
446 *encaminhados ao Gabinete da Presidência, na forma do § 3º, do art. 144, do Regimento Interno deste*
447 *Tribunal, que, exarou despacho de admissibilidade da mesma (fls. 172/175). Os autos foram, então*
448 *remetidos ao meu Gabinete em, 12/05/2015, ante ao meu retorno às atividades normais, e, em*
449 *atendimento ao que dispõe o § 2º do art. 292 do Regimento Interno, trago a conhecimento do Pleno*
450 *a admissibilidade da Denúncia. Eu só queria informar aos Conselheiros que, após aquela nossa*
451 *Reunião Administrativa onde nós fizemos aquela discussão e exposição, aquilo que foi discutido e*
452 *colocado como um rito que nós adotaríamos está em sequência. Está sendo feita a avaliação do novo*
453 *Edital de Licitação para que a gente possa, a partir dessa avaliação propor, provavelmente, o Termo*
454 *de Ajuste de Gestão com a Prefeitura dentro das discussões que foram feitas naquela reunião. Só para*
455 *mantê-los informados do que está acontecendo, não sei se essa semana a gente conclui porque*
456 *vamos ter uma semana quebrada, mas a ideia era de que se fosse uma semana normal, até sexta-*
457 *feira provavelmente nós estaríamos já com a análise do Edital concluída. Era essa informação que eu*
458 *gostaria de trazer". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "V. Exa. então recebe a Denúncia ? Eu*
459 *só fiquei em dúvida porque me parece que essa pedia a suspensão do Edital que foi suspenso*
460 *administrativamente". Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: "foi republicado". Manifestação do*
461 *Conselheiro Cezar Colares: "mas tem outros pedidos. Ele não perde totalmente o objeto".*
462 *Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: "era isso que eu ia falar. Na realidade o pedido é de*
463 *uma Denúncia com uma providência Cautelar. Eu não entendi. Nós temos que julgar o mérito. Se*



464 *Vossa Excelência, uma vez que a Denúncia perde o objeto em virtude da republicação, por*
465 *consequente perde também a providência Cautelar, por conta de que a Cautelar é em virtude da*
466 *iminência de um prejuízo, e eu não vi Vossa Excelência” (sobreposição de fala). Manifestação do*
467 *Conselheiro Sérgio Leão: “não Conselheiro, nós não fizemos o julgamento do mérito, porque na*
468 *entrada da nova documentação, ontem, na realidade eles pedem para que a gente anexe essa”.*
469 *Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: “aditando a Denúncia”. Manifestação do Conselheiro*
470 *Sérgio Leão: “seria um aditamento, entendeu? Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: “mas*
471 *essa aí que o Conselheiro Cezar recebeu, não era uma denúncia com pedido de Cautelar?*
472 *Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: “era, era sim”. Manifestação do Conselheiro Daniel*
473 *Lavareda: “qual é a decisão de Vossa Excelência nesta?” Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão:*
474 *“não, nós não fizemos nenhuma decisão justamente porque ele pede como se essa que ele fosse dar*
475 *entrada hoje, era uma adição a essa que eu estou dando admissibilidade”. Manifestação do*
476 *Conselheiro Cezar Colares: “de qualquer maneira, Conselheiro Daniel, ele não dá a Cautelar*
477 *naturalmente porque perdeu o objeto contra a Cautelar, mas têm outros pedidos de providência*
478 *quanto a Edital e sair um novo Edital. Eu considero, como o Conselheiro reuniu tudo, e nós tivemos*
479 *até um debate amplo sobre isso, eu penso que ele deverá apresentar o encaminhamento”.*
480 *Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: “pela ordem, eu não estou discutindo o mérito,*
481 *Conselheiro Cezar, mas eu estou primando pela ordem jurídica. Se o processo está vindo para*
482 *Plenário, então não precisava vir, porque se ele está vindo para Plenário nós temos que decidir, ou*
483 *arquiva”. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: “ele está só admitindo a Denúncia, não está*
484 *julgando ainda. É só dando conhecimento de que recebeu a Denúncia, ele não está ainda julgando o*
485 *mérito”. Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: “e indefere a Cautelar?” Manifestação do*
486 *Conselheiro Cezar Colares: “eu já tinha indeferido, aliás, Conselheiro Sérgio”. Manifestação do*
487 *Conselheiro Daniel Lavareda: “não, Vossa Excelência não indeferiu, Vossa Excelência esperou que o*
488 *Conselheiro Sérgio (Inaudível). Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: (inaudível) “informações da*
489 *Prefeitura, ela apresentou”. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: “só para encaminhamento do*
490 *Conselheiro, não foi concedida a Cautelar, Vossa Excelência indeferiu a Cautelar, e segue o processo*
491 *naturalmente”. Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: “mas há o indeferimento da Cautelar*
492 *expresso por Vossa Excelência, agora, para a ratificação do Plenário? Manifestação do Conselheiro*
493 *Sérgio Leão: “não, nós não indeferimos a Cautelar (inaudível) somente admissibilidade da Denúncia”.*
494 *Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: “no caso de indeferir não traz ao Plenário, só traz ao*
495 *Plenário para convalidar se ele conceder a cautelar”. Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: “então*
496 *V. Exa. ainda vai apreciar a Cautelar ? Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: “vou apreciar junto*
497 *com essa” (inaudível). Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: “deixa eu pontuar, Conselheiro*
498 *Sérgio. A minha preocupação é que esses fatos estão desaguando aqui no Tribunal que está virando*
499 *uma ressonância do Judiciário nessa questão do lixo de Belém. Eu tenho uma preocupação de ordem*
500 *prática, se nós não fizermos um regramento, volto a insistir, um regramento com as determinações*
501 *que o Tribunal acha por bem fazer, vai acontecer sempre isso, impugnações em cima de impugnações,*
502 *porque entendo que isso está acontecendo porque o Tribunal ainda não disse assim: este é o edital*



503 *ideal que nós do Tribunal avalizamos para ser colocado na praça. Os Tribunais de Contas fazem uma*
504 *manifestação, e o Conselheiro, não sei se foi o Conselheiro Cezar que me disse que tem editais que já*
505 *saem com o selo do Tribunal, aprovado pelo Tribunal de Contas. O que nós temos que fazer nessa*
506 *questão do edital do lixo de Belém, é fazermos o selo do Tribunal, qual o nosso ponto de vista com*
507 *relação ao edital trazido pela Prefeitura de Belém, se concordamos com essa cláusula, não*
508 *concordamos com essa cláusula, isso é a nossa recomendação. A partir daí, quem quiser fazer*
509 *impugnação nós já demos a nossa, e se alguém não concordar com aquilo que nós determinamos que*
510 *tem que ser feito que vá à Justiça, seja o outro, seja a própria Prefeitura, ou o terceiro interessado. O*
511 *Tribunal já se manifestou, é isso que está faltando. Eu acho que precisamos nos debruçar sobre o*
512 *Edital e, fundamentalmente, impugná-lo ou avalizá-lo, oferecer à Prefeitura a oportunidade de*
513 *defender-se sobre as impugnações feitas por nós e, em cima disso, depois que nós nos debruçarmos*
514 *sobre a defesa da Prefeitura se assim quiser fazer, darmos o nosso veredito final. Encerra-se, assim,*
515 *toda essa questão. Se não cumprir, aí tem as multas e tudo mais. O segundo ponto que eu queria*
516 *dizer é com relação ao TAG, peço a V. Exa. que pense nas hipóteses, talvez por eu ser advogado a*
517 *gente sempre tem que pensar na segunda hipótese, o TAG é um conjunto, um acordo de vontade*
518 *entre as partes, significa dizer entre a Prefeitura, o Tribunal, o Ministério Público, e as empresas que*
519 *vão prestar o serviço de lixo em Belém. Então, Vossa Excelência tem que também pensar na*
520 *possibilidade dessas cinco coisas não darem certo, se essas cinco coisas não derem certo, V. Exa.,*
521 *entendo eu, para que o Tribunal não fique desmoralizado, sob o ponto de vista da Cautelar que já*
522 *proferiu anteriormente, deve determinar aquilo que já foi feito, que era primeiro multar, porque tem*
523 *uma multa que pode ser vencida, e fazer uma determinação de um regramento. É essa a minha*
524 *preocupação, e concordo, acho que V. Exa. sabe conduzir com prudência, tem experiência na*
525 *Administração Pública, já foi Gestor, sabe o que se trata disso. Estou pronto para colaborar com V.*
526 *Exa., com o Tribunal, se precisar. Eu tinha que falar isso, Presidente, porque a minha preocupação é*
527 *com os desdobramentos disto aí, não vão parar de chover impugnações, se não definirmos uma regra*
528 *de procedimento, e não definirmos, essencialmente, qual é o edital ideal para esse tipo de*
529 *procedimento”.* Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: *“Conselheiro Daniel, eu só queria colocar o*
530 *seguinte, nós já fizemos isso na nossa Controladoria. Nós já fizemos uma avaliação do Edital depois*
531 *daquela primeira Cautelar que foi dada. Foi feita uma avaliação completa, antes da Prefeitura*
532 *(inaudível) nós só não fizemos de forma oficial. Foi dada entrada, porque nós exigimos que eles*
533 *dessem entrada”.* Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *“pois é, o Senhor me permita ? Como*
534 *nós não determinamos alguma coisa”* (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Sérgio
535 Leão: *“não, não”* (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *“eles disseram*
536 *assim: - V. Exa. fez um edital mas não determinou, olha é isso. Aí eles fizeram para colocar em 90*
537 *(noventa) dias, quando não foi oficial eles fizeram aos 44 (quarenta e quatro) minutos do segundo*
538 *tempo e aconteceu isso”* (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: *“não, não,*
539 *não”.* (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *“que a Cautelar é de um*
540 *ano atrás”* (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: (sobreposição de fala)
541 *“não, eu sei, mas deixa eu lhe falar, na realidade quando eu quis, naquela reunião administrativa, eu*



542 não conseguir o meu intento de tentar fazer um histórico de tudo que está acontecendo para que
543 todos nós tivéssemos a mesma base de informação, para que pudéssemos raciocinar juntos numa
544 solução. Infelizmente eu não tive o meu intento alcançado, porque nós começamos a discutir o final,
545 e nós não discutimos o início, o meio, para chegar no final. Esse, inclusive, foi um problema que nós
546 tivemos. Mas a ideia, justamente, era mostrar os percalços que aconteceram, e que não foi culpa
547 exclusiva da Prefeitura. Eu não retiro, de maneira nenhuma, a culpa da Prefeitura, mas há uma série
548 de intromissões no processo, sejam judiciais, seja do Ministério Público Estadual dentro de um TAC
549 que foi feito com a Prefeitura, com exigências colocadas pelo Ministério Público a cada processo de
550 edital confeccionado, que isso também, que esse prazo não fosse cumprido pela Prefeitura, sem
551 retirar nenhuma responsabilidade dela. Eu não vou colocar responsabilidade da Prefeitura nos doze
552 meses da Cautelar, eu coloco antes dos 12 (doze) meses da Cautelar que ela já sabia que com 60
553 (sessenta) meses aquele contrato terminaria. Ela teria que fazer antes, não teria que fazer dentro dos
554 12 (doze) meses da Cautelar não, teria que fazer antes. Então, eu não tiro de maneira nenhuma a
555 responsabilidade da Prefeitura até antes da Cautelar oferecida pelo Tribunal. Agora, o que a gente
556 tem é o seguinte, nós temos uma posição, só que nós temos uma divergência dentro do Plenário. E
557 eu tenho uma posição fechada sobre isso. Só que a cada ação de uma empresa interessada no
558 processo, nós temos dentro do Tribunal posições diferentes. Por exemplo, eu não tenho, sinceramente
559 falando, nenhuma dúvida que a nossa Cautelar foi atendida 100% (cem por cento) pela Prefeitura, e
560 nós temos dentro do Tribunal posições que dizem que não houve esse atendimento completo por
561 parte da Prefeitura. Na última Reunião Administrativa nós colocamos que sempre que houver uma
562 alteração do edital vai haver por parte da B.A. uma ação de postergação, de denúncia. Para mim isso
563 é um dado certo, vai acontecer todas as vezes mesmo no dia que nós fecharmos esse Edital,
564 conforme podemos fazer com a Prefeitura, vai continuar acontecendo isso, porque ela se sente
565 ameaçada, esse é o problema". Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: "Conselheiro, mas aí da
566 feita que nós colocarmos, me permita, o edital de consenso aqui, não vai mais ressoar aqui esse
567 negócio de: - eu quero impugnar o edital porque o edital está com esta cláusula ou com aquela
568 cláusula. Da feita que nós fecharmos o edital, aqui, nós, com aquelas impugnações que a área técnica
569 de V. Exa. disser assim: olha, está aqui, nós achamos estes defeitos aqui no edital e esses defeitos do
570 edital nós queremos que V. Exa. retire. Retirou, a Prefeitura cumpriu, pode vir qualquer empresa aqui
571 fazer impugnação de edital que não vai ter ressonância aqui" (sobreposição de fala). Manifestação do
572 Conselheiro Sérgio Leão: (sobreposição de fala) "é isso que vai ser feito até sexta-feira (inaudível)
573 Conselheiro Daniel". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: (sobreposição de fala) "Conselheiro
574 Daniel, eu tenho só preocupação com o controle prévio. Esse é um caso específico, claro, que tem
575 muita repercussão. Acho complicado nós colocarmos o selo em todos os editais que forem publicados,
576 porque no caso concreto" (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda:
577 (sobreposição de fala) "não, não. Eu estou dizendo o que fazem os outros Tribunais". Manifestação do
578 Conselheiro Cezar Colares: (sobreposição de fala) "é, mais até isso é muito discutível, porque se não
579 nós vamos (sobreposição de fala) não é, mas o concomitante sim. Mas eu penso que nós devemos ter
580 uma definição. Vamos receber, aqui, de qualquer empresa sempre impugnações. Temos que fazer o



581 *crivo do que é ilegalidade e do que é inconformismo, porque acha que não está favorável para si o*
582 *edital, se não estiver favorável para ele e não for ilegal, nós não vamos nem nos meter nisso. É fato a*
583 *preocupação de V. Exa. e de todos. Precisamos dar um encaminhamento final para isso, e acho que*
584 *esse encaminhamento poderá ser esse que o Relator está nos apresentado".* Manifestação do
585 Conselheiro Daniel Lavareda: *"se a gente não definir um edital, vai ser sempre entrando com as*
586 *mesmas impugnações (sobreposição de fala) vem outra e vem outra".* Manifestação do Conselheiro
587 Cezar Colares: (sobreposição de fala) *"a partir do momento que definirmos a posição, pode entrar*
588 *quem entrar. Pronto, está bem?"* Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: *"eu não vi ainda qual foi o*
589 *último que ela entrou, mas"* (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda:
590 (sobreposição de fala) *"é também impugnação".* Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão:
591 (sobreposição de fala) *"sim, eu sei que é impugnação do edital, eu só quero saber quais foram os*
592 *pontos que ela levantou. Nós estamos avaliando, e a ideia é que faça realmente um edital agora, que*
593 *seja aprovado internamente. Agora, prestem atenção, eu vejo, sinceramente falando Conselheiro*
594 *Daniel, como uma intervenção do Tribunal na gestão pública".* Manifestação do Conselheiro Cezar
595 Colares: (sobreposição de fala) *"uma coisa é uma orientação".* Manifestação do Conselheiro Sérgio
596 Leão: (sobreposição de fala) *"preste atenção, isto é um edital de um trabalho, de uma ação que é*
597 *extremamente específica da gestão pública. Nós podemos nos pronunciar sob forma do edital, sob*
598 *determinadas minúcias do edital. Eu não sei qual é a metodologia que a Prefeitura tá adotando para*
599 *definir determinadas coisas. Eu não sei e não vou me intrometer nisso, de jeito nenhum".*
600 Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *"me permita ?* Manifestação da Conselheira Mara Lúcia:
601 (sobreposição de fala) *"eu também quero um aparte".* Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda:
602 *"O Supremo Tribunal Federal, em reiteradas decisões, já sufragou a tese de que os Tribunais de*
603 *Contas tem competência para paralisar obras, e paralisar licitações por conta de irregularidades*
604 *constatadas em edital".* Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: (sobreposição de fala) *"eu acho que é*
605 *esse o ponto.".* Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: (sobreposição de fala) *"...não, mas isto aí*
606 *não está em discussão".* Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: (sobreposição de fala) *" não".*
607 Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: (sobreposição de fala) *"a discussão é a seguinte,*
608 *Conselheiro, nós podemos elaborar um edital e dizer: - faça este !"* Manifestação do Conselheiro
609 Daniel Lavareda: *"não, não"* (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Cezar Colares:
610 (sobreposição de fala) *"é isso que o Conselheiro disse (inaudível) faça este, fazer este não. Agora, se*
611 *ele fizer e nós entendermos que está errado podemos suspender sem nenhum problema".*
612 Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: (sobreposição de fala) *" mas nem eles podem chegar com*
613 *um edital cheio de ilegalidades e dizer: aceitem esse".* Manifestação do Conselheiro Cezar Colares:
614 (sobreposição de fala) *" não, nós podemos suspender".* Manifestação da Conselheira Mara Lúcia:
615 (sobreposição de fala) *"então, é isso que eu estou dizendo, quando a competência do Tribunal é*
616 *verificar ilegalidade".* Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"o Tribunal já decidiu".* Manifestação
617 do Conselheiro Sérgio Leão: *"é isso que o Tribunal já decidiu, isso é inquestionável, para suspender,*
618 *para recomendar. Agora, de dizer: está aqui o edital faça este. (sobreposição de fala).* Manifestação
619 do Conselheiro Daniel Lavareda: (sobreposição de fala) *"Conselheiro Sérgio, o ideal...".* Manifestação



do Conselheiro Sérgio Leão: (sobreposição de fala) *"formalmente, isso não pode"*. Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: (sobreposição de fala) *"isso não"*. Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"então, nós vamos estar apreciando a legalidade"*. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"claro, é este ponto que o Conselheiro já reconheceu. Não podemos: olha, está aqui essa minuta, faça este. Podemos dizer: olha, esse aqui, vocês mandaram, está "ok", sem problema"*. Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *"Desse edital que está aqui, nós não concordamos com essas cláusulas, o resto está ok"*. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"mas quantos ele colocar nós podemos impugnar, suspender, cancelar e tudo"*. Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: *"ilegalidade eu não discuto. Isso é um absurdo, eu confirmar uma ilegalidade no processo. Pelo amor de Deus, eu acho que a gente não deve nem levantar isto"*. Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"quando V. Exa. diz que, vamos supor, no sentido de ser discricionário da Administração, não é bem assim, a Administração apresenta o edital e o Tribunal vai verificar a legalidade, nos termos, dentro"* (sobreposição de fala). Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: (sobreposição de fala) *"aí está de acordo, Conselheira"*. Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"então"*. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *o que não podemos é apresentar um edital e dizer: você tem que fazer esse"*. Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"mas o problema é, como colocou o Conselheiro Daniel no início da fala dele, é que está chegando em um ponto, que inclusive eu coloquei isso na Reunião Administrativa, que dá a entender que eles estão perdidos, porque quando, e isso eu tenho documentado, porque quando a empresa entra com impugnação na Prefeitura, eles dizem que não tem nada a ver aquilo que a empresa está impugnando. Dá dois dias eles sustam o edital, e fazem o edital corrigindo aquilo que a empresa disse que realmente estava ilegal, ainda crescem mais outras situações novas, e assim está no crescente. Então, o que o Conselheiro Daniel, eu entendi que quis dizer na fala dele é uma questão de orientação técnica porque senão a gente não termina isso nunca"*. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"e é isso que está sendo feito, né?"* Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"é nesse aspecto"*. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"eu acho que agora está entendido"*. Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *"Conselheiro Sérgio, por favor, em nenhum momento pense que quando eu fiz a minha observação foi com relação a postura de V. Exa., por favor"*. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"não, também ninguém entendeu assim"*. Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: *"em nenhum momento eu tomei essa direção"*. Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *"a minha preocupação é jurídica"*. Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: *"de maneira nenhuma, estou entendendo perfeitamente a discussão que nós estamos tendo aqui"*. Manifestação do Conselheiro Daniel Lavareda: *"ela é de cunho jurídico, tão somente de cunho jurídico"*. Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"está bem entendido. Às doze horas a nossa Reunião Administrativa para tratar dos Recursos"*. Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: *"Presidente, eu só pediria ao Secretário, eu queria ter em mãos a Ata da última Reunião, por gentileza"*. (inaudível). Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: *"ela está agregada na Ata da Sessão, na parte administrativa. Vai ser trazida ao conhecimento de todos (inaudível) é uma reunião administrativa (inaudível) sim, sim claro, previamente"*. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA: DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**



659 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas da qual foi lavrada a
660 presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte
661 e quatro de maio de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Vice Presidente Sérgio Leão**
Presidente da Sessão